

PRIMEIRA LINHA

[SITUAÇÃO FINANCEIRA DO PODER LOCAL]

48 câmaras em ruptura financeira

227 dos 308 municípios não têm liquidez para pagar dívidas de curto prazo

15% das autarquias chegaram a uma situação tal que precisam de um plano de emergência para reequilibrar as suas contas. As dívidas a terceiros, sem empréstimos bancários, ascendiam a 2,5 mil

milhões de euros em 2005 mas só havia dinheiro para pagar metade. É um retrato inquietante o que é hoje apresentado pela Câmara dos Técnicos de Contas, no Anuário Financeiro dos Municípios

Elisabete Miranda
elisabetemiranda@mediain.pt

Quarenta e oito autarquias do País, entre as quais Lisboa, Gondomar, Sines e Covilhã, encontravam-se no final de 2005 numa situação de ruptura financeira. Caso nessa data já estivesse em vigor a nova Lei das Finanças Locais, poderiam ter sido automaticamente consideradas insolventes pelo Ministério das Finanças e colocadas ao abrigo de um "plano de emergência" para reequilibrarem as suas contas, ficando a sua gestão refém do Governo Central. Esta é uma das conclusões do Anuário Financeiro dos Municípios que hoje será apresentado em Lisboa pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC).

O referido estudo, que vai já na sua terceira edição mas que, pela primeira vez, faz uma análise comparativa dos principais indicadores da gestão autárquica, conclui ainda que a esmagadora maioria dos municípios do País – 227 entre os 308 – não dispõe de dinheiro para fazer face às suas dívidas de curto prazo. O cálculo do índice de liquidez (o somatório dos créditos sobre terceiros e das disponibilidades subtraído das dívidas a terceiros) revela que ao, todo, as câmaras tinham cerca de mil milhões de euros de dívidas sem terem como lhes fazerem face.

Uma vez mais, Lisboa aparece destacada na dianteira do "ranking", com uma insuficiência na ordem dos 317 milhões de euros. Seguem-se-lhe Gondomar, Oliveira de Azeméis, Porto e Valongo (ver quadros). Esta situação tem, naturalmente, reflexos directos nos prazos de pagamentos (ver página ao lado) e derivam da incapacidade dos municípios em executar as receitas que têm previstas.

Ao todo, os 307 municípios que compõem a amostra – Ribeira Bra-

Ruptura financeira: Gondomar, Lisboa e Covilhã em maus lençóis
Relação entre a dívida a fornecedores e as receitas totais do ano anterior, em 2005

Piores		Melhores	
Autarquia	%	Autarquia	%
Gondomar	131,2	Alvito	0
Sines	121	Penedono	0
Celorico da Beira	109,5	Vidigueira	0
Sátão	108,5	Mealhada	0
Fornos de Algodres	104,9	Pampilhosa da Serra	0
Nazaré	101,7	Braga	0
Valongo	100,9	Almada	0,1
Seia	94,2	Amarante	0,1
Castelo de Paiva	93,5	Santa Marta de Penaguião	0,1
Caldas da Rainha	89,5	Aguiar da Beira	0,1
Vila Nova de Poiares	89	Vinhais	0,2
Oliveira de Azeméis	87,8	Ponte de Lima	0,4
Fundão	86,8	Albufeira	0,4
Ansião	85,2	Castelo Branco	0,5
Silves	81,8	Ferreira do Alentejo	0,7
Castanheira de Pêra	80,6	Oliveira do Hospital	0,7
Covilhã	78,8	São Brás de Alportel	0,8
Mondim de Basto	72,4	Arronches	0,9
Lisboa	72	Campo Maior	1
Paredes de Coura	69,5	Anadia	1
Chamusca	68,8	Sobral de Monte Agraço	1
Portalegre	67,5	Lagos	1,1
Torres Novas	63	Constância	1,1
Montemor-o-Novo	62,8	Vila do Bispo	1,2
Tabuaço	59,7	Odemira	1,2

Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, 2005

va, na Madeira, não respondeu – orçamentaram 11,5 mil milhões de euros de receitas quando, na realidade, só conseguiram cobrar 7,3 mil milhões, o que traduz uma taxa de execução de 63%. Estes baixos níveis de cobrança têm uma inter-relação directa na execução da despesa, que também se ficou pelos 63%. Os peritos alertam para o facto de percentagens de execução de

receita inferiores ao patamar de 60% resultarem geralmente de "orçamentos empolados com inscrição de receitas sobreavaliadas ou com níveis elevados de incerteza na cobrança". Em 2005, recorreram a este expediente câmaras como Ourique (só arrecadou 28,2% do que se comprometera), Castelo de Paiva (30,7%), Mourão (32,8%) Guarda (34%) e Sabrosa (35,2%).

Liquidez: dinheiro é curto para cobrir dívidas de curto prazo

Somatório de créditos sobre terceiros e disponibilidades subtraídos das dívidas a terceiros

Piores		Melhores	
Autarquia	milhões de euros	Autarquia	milhões de euros
Lisboa	-3174	Almada	566
Gondomar	-687	Leiria	43,3
Oliveira de Azeméis	-53	Amadora	23
Porto	-43,5	Matosinhos	22,2
Valongo	-36,1	Ponte de Lima	14,9
Maia	-35,5	Albufeira	14
Vila do Conde	-32,9	Castelo Branco	13,7
Aveiro	-32,2	Braga	13,2
Figueira da Foz	-31,1	Mafra	12,5
Covilhã	-29	Viseu	11,2
Cascais	-28,3	Elvas	10,1
Espinho	-26,8	Funchal	8,7
Silves	-24,8	Lagos	5,8
Loures	-24,6	Pampilhosa da Serra	5,3
Santa Cruz	-23,9	Almeida	5
Póvoa de Varzim	-23,6	Odemira	5
Tomar	-22,9	Redondo	4,8
Santa Maria da Feira	-21,1	Abrantes	4,6
Seia	-20,8	Marinha Grande	3,5
Guarda	-20,5	Palmela	3,2
Fundão	-19,5	Lagoa (Algarve)	3,1
Portalegre	-19,1	Ponte de Sor	2,9
Santarém	-18,5	Loulé	2,8
Sines	-18	Castro Marim	2,5
Coimbra	-17,6	Cinfães	2,5

Outra expressão das dificuldades financeiras das autarquias reside na venda de bens de investimento e bens duradouros, isto é, terrenos e edifícios. Entre 2004 e 2005, esta rubrica passou de 166,4 milhões para os 289 milhões de euros, o equivalente a um peso de 2,6% para os 4% no total das receitas. Oliveira do Hospital (35%), Lisboa (22%), Vendas Novas (19%), Oli-

veira do Bairro (15%) e Celorico de Basto (15%) encabeçam o "ranking" dos municípios onde a venda destes bens têm mais expressão no total da receita. Os peritos consideram este peso de receitas extraordinárias "excessivo", mas reconhecem que é uma tendência que "se irá manter por algum tempo", devido às contenções impostas ao nível do endividamento.



LISBOA

António Costa já assumiu necessidade de plano de emergência

Se o candidato do PS à Câmara de Lisboa vencer as eleições, é praticamente certo que a autarquia se submeterá a um plano de reequilíbrio financeiro. Ainda em pré-campanha, António Costa já assumiu que tentará negociar com as Finanças esta valência, a única via para que a autarquia possa ver desbloqueado o acesso

ao crédito bancário (congelado desde 2002). Mas existem desvantagens: na prática, a autarquia ficará refém das Finanças e fortemente vigiada na sua gestão. Não é por acaso que, apesar das dificuldades financeiras do poder local, só Setúbal e Marco de Canaveses tenham assinado este plano.



Miguel Baltazar

Lisboa | Capital é uma das autarquias em maiores apuros financeiros.

BILHETE DE IDENTIDADE



O Anuário Financeiro dos Municípios é uma publicação da CTOC, que conta com o apoio do Tribunal de Contas, da Universidade do Minho e do IPCA, e com o financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O trabalho está a cargo de quatro professores universitários - João Carvalho (na foto), Maria José Fernandes, Pedro Camões e Susana Jorge - especialistas em contabilidade, finanças e administração pública, que desde 2004 vêm recolhendo a informação económica e financeira com vista à constituição de uma "central de contas" dos municípios. A parte visível deste trabalho está vertida nos Anuários, sendo que o deste ano conta com uma inovação: a elaboração de "rankings" entre autarquias para diferentes indicadores. Com a incorporação de informação comparativa, este trabalho transforma-se no mais completo retrato sobre a situação económica, financeira e patrimonial dos municípios. Este ano, a amostra abrangeu praticamente todos os 308 municípios: só Ribeira Brava (Madeira) ficou de fora.

Credores chegam a esperar 643 dias pelo dinheiro

➔ A falta de liquidez no curto prazo e a impossibilidade de contraírem empréstimos bancários leva a que as autarquias façam das dívidas a fornecedores a sua principal forma de financiamento. Por isso, os prazos de pagamento são sacrificados. De acordo com o quadro publicado no Anuário, o prazo médio de pagamento mais elevado é do município de Fornos de Algodres, onde os credores esperam em média 643 dias para receberem o seu dinheiro. As câmaras com especiais dificuldades de liquidez (ver texto ao lado) também figuram entre as que mais derrapam.

No Anuário Financeiro, os peritos sublinham que, doravante, este expediente não será mais possível, e elogiam as regras que foram introduzidas na nova Lei das Finanças Locais. Já a partir de 2007, por via do novo conceito de endividamento líquido, "está-lhes vedado a possibilidade de negociarem com os fornecedores prazos de pagamento facturas que diferindo-as no tempo, as transformam em encargos de médio e longo prazo, impedindo aquelas de aceitarem "factoring" a mais de 12 meses".

Prazos de pagamento derrapam

Autarquias	nº de dias
Fornos de Algodres	643
Oliveira de Azeméis	520
Gondomar	506
Mondim de Basto	472
Ourique	413
Celorico da Beira	409
Montemor-o-Novo	407
Porto Moniz	403
Chamusca	403
Lisboa	394
Valongo	349
Vagos	312
Mourão	311
Santarém	306
Aveiro	294
Figueira da Foz	279
Sines	275
Santa Cruz	261
São Pedro do Sul	259
Covilhã	247
Sátão	246
Vila Franca do Campo	238
Nazaré	237
Vila do Conde	236
Machico	236

Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, 2005

Cortar pessoal e consumos

As vias para sair da crise não são muitas e replicam a receita de emagrecimento que está a ser imposta à administração central do Estado. Segundo os especialistas, a redução de custos terá de ser feita por via das despesas, mais concretamente o pessoal e a aquisição de bens, que representam, no seu conjunto, aproximadamente 50% das despesas totais. "De noutra forma, a administração local terá dificuldades em implementar um programa de redução de custos que não implique desinvestimento", dizem os especialistas.

No capítulo do pessoal, em particular, os dados indicam a existência de alguma folga para reduções.

Como seria de esperar, estas despesas assumem maior expressão nas autarquias de menor dimensão, onde as economias de escala são mais difíceis de obter.

É por isso que nos lugares pequenos do "ranking" se encontram câmaras de pequena dimensão, como o Sardeal, Vila de Rei e Ourique (entre 50% e 60% das despesas totais são para salários). Contudo, há autarquias de média e grande dimensão que chegam a ter tanto peso quanto as de pequena dimensão. É o caso, entre as grandes autarquias, de Coimbra (43,2% das despesas totais é absorvido pelo pessoal), Seixal (42,9%) e Setúbal (42,2%). Entre

as câmaras municipais de média dimensão destacam-se o Barreiro (45,7%), o Cartaxo (44,6%) e Santiago do Cacém (43%).

"A existência dentro do mesmo agrupamento dimensional de autarquias de uma variação significativa do peso desta despesa, entre os valores máximos e mínimos, leva-nos a sugerir a pertinência de um estudo sobre as reais necessidades de pessoal de uma autarquia e a identificar a tipologia organizacional que melhor rentabilize os recursos humanos e financeiros com vista à prossecução dos objectivos estruturais dos municípios", aconselham os especialistas que analisaram a informação. **EM**

48 câmaras na falência

Credores esperam até 643 dias para receberem dívidas



Lisboa é a câmara com maior buraco financeiro

Pagamentos 3/4 das autarquias sem dinheiro



Braga é a capital de distrito com menos dívidas

Análise As melhores e as piores autarquias



Porto e Lisboa são das piores em liquidez

Exclusivo Estudo revela situação preocupante